

A cidade de Lisboa na preparação da conquista de Ceuta

The city of Lisbon in the preparation for the conquest of Ceuta

Carlos Guardado da Silva*

submissão/submission: 22/07/2015

aceitação/approval: 21/09/2015

RESUMO

D. João I trazia em mente, pelo menos desde 1409, a realização de uma grande empresa militar na qual pudesse armar os seus filhos cavaleiros. Os preparativos começaram a partir de 1411, intensificando-se após o Conselho Régio de Torres Vedras, realizado em julho de 1414.

Anunciada a partida da armada para o São João de 1415, coube ao rei garantir a organização da mesma, apetrechando-a de navios com artilharia e armas, o que fez a partir de Lisboa, de onde sairia para Ceuta. Também para a cidade de Lisboa concorrerem os homens, os produtos e os esforços de todo o reino, além da prata e do cobre recolhidos, bem como dos alimentos necessários aos homens que preparavam a empresa, incrementando-se, ao mesmo tempo, os trabalhos nas taracenas.

* AMTV - Arquivo Municipal de Torres Vedras/Câmara Municipal de Torres Vedras, Portugal;
CEC – Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras/Universidade de Lisboa, Portugal.

Carlos Guardado da Silva é licenciado em História, mestre e doutor em História Medieval e pós-graduado em Ciências Documentais – variantes de Arquivo e Biblioteca e Documentação, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigador do Centro de Estudos Clássicos e professor auxiliar convidado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde leciona *Arquivística, Prática Profissional, Gestão de Serviços e Sistemas de Informação, Organização do Conhecimento e Metodologia de Investigação em Ciência da Informação*. Responsável pelo Arquivo Municipal de Torres Vedras. Sócio da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, da BAD e da ISKO – International Society for Knowledge Organization, e académico correspondente da Academia Portuguesa da História. (Co-)Autor de cerca de cem títulos, sobretudo nas áreas da História (História Medieval e Guerra Peninsular) e Ciência da Informação.

Correio eletrónico: carlosguardado@campus.ul.pt e carlosguardadodasilva@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1490-8709>

Conquistada a cidade islâmica, pôde o monarca português armar os seus filhos cavaleiros, tendo o feito contribuído também para legitimar o reino e o primeiro rei da nova dinastia de Avis, percurso iniciado anos antes em Aljubarrota, assim como reforçar o prestígio e o poder de Portugal no seio da Cristandade e, sobretudo, no contexto ibérico.

PALAVRAS-CHAVE

Conquista de Ceuta / Armada de Ceuta / Lisboa / Lisboa medieval / Taracenas

ABSTRACT

D. João I had the idea, at least since 1409, of carrying out a large military enterprise that could serve to knight his sons. The preparations began in 1411, stepping up after the Royal Council of Torres Vedras, held in July 1414.

Once the armada had been announced to depart in the 1415 celebrations of St. John's, the king had to ensure its organisation, supplying the ships with artillery and weapons. The ships were equipped in Lisbon before heading to Ceuta. To Lisbon would also converge men, products and efforts from the entire kingdom, as well silver, copper and the necessary food for the men who prepared the armada, leading to a workload increase in the 'taracenas' (royal arsenal).

Conquered the Islamic city, the Portuguese monarch was able to knight his sons, having the enterprise contributed not only to legitimize the kingdom and the first king of the new dynasty of Avis, a path that had started some years earlier in Aljubarrota (1385), but also to enhance the prestige and power of the Portuguese kingdom within Christianity and, above all, within the Iberian context.

KEYWORDS

Conquest of Ceuta / Ceuta's armada / Lisbon / Medieval Lisbon / Royal arsenal ('taracenas')



INTRODUÇÃO

Firmado o acordo de paz entre Portugal e Castela, em 31 de outubro de 1411, em Ayllón (Ayton-Segóvia), que punha termo a um período de conflito de mais de quatro décadas entre os dois reinos, pôde então o monarca português pensar em desígnios maiores, entre os quais a tão desejada¹ expedição, que dirigiria, no verão de 1415, à conquista da praça muçulmana de Ceuta².

A intenção da conquista permanecera na mente de D. João I durante seis anos³, remontando, pelo menos, a 1409, segundo Gomes Eanes de Zurara, o que testemunham os acontecimentos seguintes. Em 1411, D. João I pedira ao (anti) papa de Pisa João XXIII, aquele que obtinha o apoio mais amplo⁴ entre os três reclamantes da cadeira de São Pedro⁵, o auxílio das ordens militares para a guerra contra os muçulmanos, num verdadeiro espírito de cruzada. E no mesmo ano ou já em 1412, os infantes tomaram conhecimento pelo vedor da fazenda, João Afonso de Alenquer⁶, do tão desejado intento. Em 1412, o rei enviou uma embaixada à Sicília (com a missão oficial de ir junto da rainha oferecer-lhe uma aliança de matrimónio com o infante D. Pedro), acontecimento que atesta a continuidade da intenção da conquista daquela praça do Magreb, tendo permitido ao prior do hospital, D. Álvaro Gonçalves Camelo, e ao capitão do mar, Afonso Furtado, quer na ida quer na vinda, aferirem as condições de defesa da cidade, bem como as características da costa para o desembarque⁷, num ato de verdadeira espionagem militar. Motivo de viagem que, na *Crónica da Tomada de Ceuta*, o cronista expressa: “o seu principal fundamento e tençam era que elles devisassem a cidade de Cepta de todas as cousas que ante dissera”⁸.

As informações recolhidas em Ceuta foram apresentadas ao rei e aos infantes no paço de Sintra, asseverando os espíões as boas condições de desembarque, tendo o prior do Hospital recorrido a uma maqueta para explicar “quaes eram os lugares per homde a cidade podia receber combate”, finda a qual apresentação o rei acrescentou que “muito lhe pareceo aquella cidade azada pera o que elle desejava”⁹.

¹ “Amigos, este dia foy sempre de mym muyto deseiado”. ZURARA, Gomes Eannes de – *Crónica da tomada de Ceuta por el-rei D. João I*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915. cap. XXVI, p. 79.

² Acontecimento que marca o início da história moderna de Marrocos.

³ “E quanto he ao que dizees que me torne pera meu rregno, pareçeme que assaz seria de gramde mimgua auer açerqua de seis annos, que amdo em este trabalho fazendo sobre elle tamtas çircustamças como sabees, pollas quaaes o mundo esta com as orelhas abertas pera ouuir a fym da uitoria, e leixallo assy agora pareçeme que nom sera outra cousa senam huû escarnho». ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. LXIII, p. 185.

⁴ Designadamente o apoio de França, Inglaterra, diversos Estados italianos e alemães.

⁵ João XXIII (1410-1415) foi eleito, em 17 de maio de 1410, e sagrado em Bolonha, tendo sucedido ao antipapa Alexandre V, o primeiro papa cismático eleito em Pisa, no Concílio aí realizado em 26 de junho de 1409. Opôs-se a Gregório XII, papa legítimo de Roma, e a Bento XIII, antipapa de Avinhão. Com a ajuda de Luis de Anjou, estabeleceu-se em Roma, governando a partir da cidade. Cf. KELLY, J. N. D. - *The Oxford dictionary of popes*. Oxford: Oxford University Press, 1986. p. 238.

⁶ ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. IX, p. 27.

⁷ DUARTE, Luís Miguel – África. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, [2003]. vol. 1, p. 397.

⁸ ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. XVI, p. 51-54.

⁹ IDEM – *Ibidem*. cap. XVIII, p. 59.

Faltaria ao monarca, ainda, a consulta da rainha, D. Filipa de Lencastre, que recebeu entusiasticamente a ideia de os seus filhos se honrarem como cavaleiros ao serviço de Deus, o que a levou a pedir ao rei tal feito¹⁰, bem como a consulta do Condestável D. Nuno Álvares Pereira, em encontro que foi encoberto por um episódio de caça dos infantes e do monarca em terras alentejanas.

E faltaria ainda a consulta dos privados do rei, aqueles que integravam o seu Conselho¹¹, acontecimento que tivera lugar em Torres Vedras¹², antes das festividades de Santiago (25 de julho), por volta dos dias 23 e 24 de julho de 1414, tendo o rei regressado à capital no dia 26¹³. Seguindo a sugestão de Nuno Álvares Pereira, D. João I convocou um conselho restrito, não para aconselhamento “nos grandes feitos e cousas de que poderia vir grande dampno aa nossa terra”, como determinavam as *Ordenações Afonsinas*¹⁴, entre as quais as condições de fazer guerra (ausência na *Chancelaria Régia* que marca presença na *Crónica da Tomada de Ceuta*), mas para comunicar a sua decisão, quando a fragmentação política se fazia notar no norte de África. Conselho Régio que reuniu, entre outros, o conde de Barcelos, o Condestável, os mestres das ordens militares, cujo auxílio solicitara ao antipapa em 1411, o marechal Gonçalo Vaz Coutinho, o alferes João Gomes da Silva e Martim Afonso de Melo, na sua maioria “homens do Interregno”¹⁵, que apoiaram o então regente Mestre de Avis. Reunião onde se dera a conhecer o destino da expedição militar, segundo Zurara, tendo sido aventado pelo vedor da fazenda, João Afonso de Alenquer, que tomara conhecimento dessa “muy grande cidade, rriqua e muy fermosa”, por informações de um criado que lá mandara para resgatar cativos¹⁶.

¹⁰ COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I: o que re-colheu Boa Memória*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005. p. 175.

¹¹ Acerca das origens e do funcionamento do Conselho Régio, veja-se FREITAS, Judite A. Gonçalves de – Conselho Régio. In *O Estado em Portugal: séculos XII-XVI: modernidades medievais*. Lisboa: Aletheia, 2011. p. 157-166.

¹² ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. XXV-XXIX.

¹³ MORENO, Humberto Baquero – *Os itinerários de el-rei Dom João I: 1384-1433*. Lisboa: ICALP, 1988. p. 141.

¹⁴ *Ordenações afonsinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998. liv. I, tít. 59, p. 342. Ed. fac-simile da ed. feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, no ano de 1792.

¹⁵ HOMEM, Armando Luís de Carvalho - Conselho Real ou Conselheiros do Rei? A propósito dos ‘privados’ de D. João I. In *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, instituições, sociedade política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 241.

¹⁶ ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. IX, p. 27.

Composição do Conselho Régio segundo Gomes Eanes de Zurara

O rei, D. João I

Infante D. Duarte

Infante D. Henrique

Infante D. Pedro

Gonçalo Lourenço [Gomide] – escrivão da puridade

Gonçalo Caldeira - escrivão da Câmara do Rei

O [8.º] Conde de Barcelos, [D. Afonso de Portugal]

O Condestável, D. Nuno Alvares Pereira (?) - Para além da sua presença no Conselho Régio de Torres Vedras, referida por Gomes Eanes de Zurara, apenas aparece referido como membro do Conselho em uma ocasião e de forma não concretizada. Aquando das cortes de Coimbra de 1398, os fidalgos, no artigo 35 dos seus capítulos, pediram ao rei que o conselho tivesse sempre dois ou três dos seus, o rei respondeu que tal sempre se fez, e entre os até então conselheiros nobres incluiu Nuno Álvares Pereira¹⁷.

Mestre da Ordem de Cristo, [D. Frei Lopo Dias de Sousa]

Mestre da Ordem de Santiago, [D. Frei Mem Rodrigues de Vasconcelos]

Mestre da Ordem de Avis, [D. Frei Fernão Rodrigues de Sequeira]

Prior da Ordem do Hospital, [D. Frei Álvaro Gonçalves Camelo]

Gonçalo Vasques Coutinho [1414]-(1417) - Alcaide de Trancoso, fronteiro-mor na comarca da Beira e, finalmente, marechal, que tendo servido durante um longo período no serviço régio, para além de ser referida a sua presença no Conselho Régio de Torres Vedras de 1414, aparece episodicamente como conselheiro a 11 de janeiro de 1417, em carta que lhe confere poder e autoridade para repartir, doar e escambar as terras de Penaguião, Gondim, Armamar e Fontes, que anteriormente lhe haviam sido doadas¹⁸.

Martim Afonso de Melo (1399-1428) - Irmão de Gonçalo Vasques de Melo, conselheiro entre 1399 e 1403, que falecera antes de 11 de março de 1410, e de Vasco Martim de Melo, o Moço. Gonçalo Vasques de Melo apoiou o Mestre de Avis durante o Interregno e participou nas Cortes de Coimbra.

¹⁷ Dados recolhidos em HOMEM, Armando Luís de Carvalho - Conselheiros de D. João I. In *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, instituições, sociedade política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 267.

¹⁸ IDEM – *Ibidem*. p. 260.

Por morte do pai, Vasco Martins de Melo, sucedeu-lhe na posse da quinta de Água de Peixes, termo de Alvito, sendo provido, em 1390, como alcaide de Évora. Em 1398, ascendeu a guarda-mor do rei, substituindo no ofício João Fernandes Pacheco, que partira para Castela, adquirindo, por doação, muitos bens deste. Aparece como membro do Conselho a partir de finais de 1399. Participou em diversos atos políticos de primeiro plano, tendo estado em Ceuta, onde chegou a ser indigitado para fronteiro na cidade, cargo que recusou. Zurara regista a sua presença no Conselho Régio de Torres Vedras. Morreu em inícios de 1432¹⁹.

João Gomes da Silva - (1412-1431) – Senhor de Vagos, foi partidário do Mestre de Avis em 1383-85, tendo participado nas Cortes de Coimbra. Depois foi provido no ofício de copeiro-mor e, mais tarde, no de alferes-mor (1399-1416). Foi o representante do rei português no tratado de paz de Ayllon, em outubro de 1411, aparecendo mencionado pela primeira vez, a 9 de março de 1412, como membro do conselho do rei, em carta de confirmação para si de todos os bens e terras de Aires Gomes da Silva. Em 1414, o seu nome constava da relação das “Moradias da Caza Real”, auferindo 28 400 libras. Em 1415 era ainda alferes-mor, tendo estado em Ceuta. Em 1419, foi novamente enviado a Castela para requerer a ratificação do Tratado de 1411, permanecendo como membro do conselho em 1431, quando uma carta datada de 14 de março lhe atribuía o privilégio da posse da quinta de Lanhelas, em Riba de Minho. Faleceu em 1444 ou 1445²⁰.

A este conjunto de participantes no Conselho Régio, acrescenta o cronista, “com todollos outros senhores e fidalgos que auiam de seer em aquelle comsselho”²¹.

“E o dia em que sse esto ouue de começar [o Conselho Régio] era”, talvez, segunda ou terça-feira, dias 23 e 24 de julho respetivamente, não “huña quimta feyra”, como refere o cronista, uma vez que no dia 21, sábado, o rei marcou presença em Sintra, de onde saíria para Torres Vedras, e, na quinta-feira, dia 26, já se encontrava em Lisboa²².

No conselho, quebrando-se o protocolo, tomou voz, depois do monarca, Nuno Álvares Pereira, para louvar o serviço de Deus²³ que a expedição representava. Facto que assegurava a bula *Eximie deuocionis* do papa João XXIII, de 20 de março de 1411, que associava a D. João I as ordens militares na guerra santa contra os cristãos ou sarracenos inimigos do reino. Uma bula solicitada ao papa que obtinha então o apoio mais amplo dos Estados e que governava a partir de Roma, testemunhando, uma vez mais, uma intencionalidade por parte do monarca

¹⁹ IDEM – *Ibidem*. p. 265-6.

²⁰ IDEM – *Ibidem*. p. 262-3.

²¹ ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. XXV, p. 76.

²² MORENO, Humberto Baquero – *op. cit.* p. 141.

²³ ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. XXVII, p. 81.

português no apoio do papa de Roma, assim como da sua anuência. Não era, como sabemos, aquele que ocupava legitimamente o lugar, uma vez que a cadeira de São Pedro cabia, por direito, a Gregório XII. Todavia, as dúvidas acerca da sua legitimidade colocavam-se, o que pode explicar a presença do seu nome e retrato em catálogos e medalhões papais.

Bula de cruzada que legitimava também a figura de D. João I no trono de Portugal e reforçaria o seu papel no quadro dos reinos ibéricos e da Cristandade, vinda de um papa em Roma em pleno cisma²⁴, para o monarca português que quase sempre apoiara o papa de Roma.

O intento da conquista da cidade de Ceuta²⁵, como grande feito onde os infantes poderiam ser armados cavaleiros, em vez da realização de um torneio²⁶, foi aventado àqueles pelo vedor da fazenda, João Afonso de Alenquer:

Vossos pensamentos disse elle sam assaz de grandes e boôs. E pois que vos taal vontade tendes eu vos posso assinar huũa cousa em que o podees bem e honrradamente executar. E esto he a cidade de Cepta que he em terra d’Affrica que he huuma muy notauel cidade e muy azada pera se tomar, e esto sey eu principalmente per hum meu criado que la mandey tirar alguuns catiuos de que tinha encarrego, elle me contou como he huuma muy grande cidade rriqua e muy fermosa²⁷.

Sendo o destino da empresa régia conhecido dos infantes, estendeu-se este conhecimento aos conselheiros do monarca na reunião de Torres Vedras. Catorze pessoas apenas²⁸ guardariam segredo durante os mais de três anos que mediarão a primeira vez que o assunto fora afluído com os infantes e a paragem da expedição em Lagos, quando o destino da armada foi tornado público aos participantes na empresa²⁹. Aos privados do rei, seus conselheiros, associou D. João I os mestres das ordens militares, que não seriam membros do Conselho Régio, porque o sucesso da empresa justificava decerto a sua presença, como o testemunhariam as diversas gratificações concedidas às ordens militares após a sua participação na conquista da cidade de Ceuta³⁰.

²⁴ DINIS, António Joaquim Dias (dir. e org.) - *Monumenta henricina*. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1974. vol. 2, n.º 51, p. 98-99. Henrique V, rei de Inglaterra, por carta de 20 de janeiro de 1415, autorizava a Álvaro Vasques de Almada a compra de 350 lanças para o serviço do rei de Portugal.

²⁵ ZURARA, Gomes Eannes de - *op. cit.* cap. XXVI, p. 80.

²⁶ A expedição a Ceuta como alternativa às grandes festas em Lisboa, “huũas festas rreaaes que duren todo hum anno... notaees justas e grandes torneos”, onde poderia D. João I armar os seus filhos cavaleiros, uma vez firmadas as pazes com Castela. Cf. ZURARA, Gomes Eannes de - *op. cit.* cap. VIII, p. 24-25.

²⁷ ZURARA, Gomes Eannes de - *op. cit.* cap. IX, p. 27.

²⁸ Se crermos na presença de Gonçalo Lourenço Gomide, escrivão da puridade, omitido por Gomes Eanes de Zurara, mas que deverá ter estado em Torres Vedras, uma vez que acompanhou a preparação da empresa, tendo sido encarregado de executar vários atos associados à mesma. Cf. FREITAS, Judite A. Gonçalves de - A reunião magna de Torres Vedras de 1414: um Conselho de Estado? In SILVA, Carlos Guardado da (org.) - *A conquista de Ceuta: Conselho Régio de Torres Vedras*. Lisboa: Colibri: Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras; Torres Vedras: Município, 2015. p. 60.

²⁹ DUARTE, Luís Miguel - África. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) - *Nova história militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, [2003]. vol. 1, p. 398.

³⁰ FREITAS, Judite A. Gonçalves de - A reunião magna de Torres Vedras de 1414: um Conselho de Estado? In SILVA, Carlos Guardado da (org.) - *A conquista de Ceuta: Conselho Régio de Torres Vedras*. Lisboa: Colibri: Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras; Torres Vedras: Município, 2015. p. 60.

Ouvindo o Conselho, importava então multiplicar os esforços nos preparativos da armada. A manutenção do segredo e das dúvidas acerca do seu destino, bem como a continuação dos preparativos para a guerra exigiam, igualmente, manobras de diversão, de que é testemunho uma embaixada empreendida com o pretexto de desafiar o duque da Holanda (e da Baviera), Guilherme VI, para a guerra, ainda que fundado numa queixa real (o frequente ataque aos mercadores portugueses pelos navios holandeses), “para melhor encubrir o auimento da sua frota, porque todos teuessem em ello olho, e perdessem cuydado de emquerer a çertidom daquela uiagem”³¹. Segredo nem sempre ocultado, deixando, por vezes, D. João I surpreso, como o episódio de um homem que se apresentou ao monarca com o desenho da praça de Ceuta, o qual, aparentemente, teve de negligenciar³².

A PREPARAÇÃO DA ARMADA

A conquista da cidade fora anunciada para o São João de 1415, exigindo a preparação de uma armada, que caberia ao rei garantir³³, tendo, segundo o cronista, fixado para a mesma um número desejável de barcos - 15 galés e 15 fustas³⁴ - cuja construção solicitaria às taracenas.

Ao almirante caberia a preparação dos seus homens, tendo começado os alardos por todo o reino, preparativos que duraram 18 meses³⁵. O conde de Barcelos, D. Afonso, organizaria os de entre Douro e Minho; o infante D. Henrique, com os cadernos dos alardos e a colaboração de todos os coudéis e anadéis, vigiaria a contribuição das Beiras e de Trás-os-Montes, contingentes que embarcariam no Porto. D. Pedro juntaria os soldados da Estremadura, Entre Tejo e Guadiana e Algarve, organizando o seu embarque em Lisboa³⁶, um papel crucial do infante, que continuaria na conquista da cidade, mas que o cronista silenciaria, dada a má memória do antigo regente aquando da escrita da crónica, após Alfarrobeira.

³¹ ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. XXVIII, p. 83.

³² IDEM – *Ibidem.* cap. XXIX, p. 88.

³³ A expedição teve o seu comando, apesar do papel secundário que Zurara confere ao rei face aos infantes D. Henrique e D. Duarte, protagonistas do tempo da escrita. Opinião diferente encontra-se em BRAGA, Paulo Drumond ; BRAGA, Isabel Drumond – *El dominio portugués hasta 1580*. In VILLADA PAREDES, Fernando (coord. general edit.) – *Historia de Ceuta: de los orígenes al año 2000*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 2009. p. 320: “la empresa fue, en la práctica, comandada por los hijos del rey, que el 23 de julio ya estaban en Restelo”.

³⁴ Fusta é uma embarcação a remos do tipo da galé, embora de menor dimensão, commummente designada de “fustalha”, sendo, por vezes, auxiliares das armadas constituídas por navios de maior porte. “Fustas são nauios de remos ligeiros de trinta e cinco remos [que] levão vinte e cinco ate trinta soldados brancos de guerra. Tres ou quatro falcoens; trinta remeiros”, pode ler-se *Nas Curiosidades de Gonçalo de Sousa* (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Reservados).

³⁵ DUARTE, Luís Miguel – África. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, [2003]. vol. 1, p. 398.

³⁶ ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. XXIX, p. 88.

Houve certamente dificuldade nos alistamentos que seriam, muitas vezes, forçados pelo monarca, como escrevera o cronista castelhano Álvaro García de Santa Maria, nos anos 30 do século XV, sujeitando-os a “grandes penas”, uma vez que “los que non venían de su voluntad fazíales venir presos”³⁷.

Ao longo do país, os fidalgos foram recebendo a convocatória régia, obrigando todo o reino a preparar-se para a guerra: limpavam-se armas, reuniam-se e calafetavam-se os navios, recolhiam-se velame, cordoaria, armas, moeda, panos e librés, vasilhame e mantimentos³⁸. Cozia-se biscoito, salgava-se carne e recolhiam-se outros mantimentos, preocupando-se outros “em correger nauios e aparelhar guarnições”³⁹, ao mesmo tempo que se concediam isenções e interditos⁴⁰, que permaneceriam para além do verão de 1415. Dentre as diversas isenções concedidas depois da expedição, refira-se a título de exemplo, a do pagamento de dízima àqueles que trouxeram cereais e legumes para vender em Lisboa, dada em dezembro deste ano, em virtude da escassez destes alimentos na cidade, invocando como motivo a preparação da armada⁴¹.

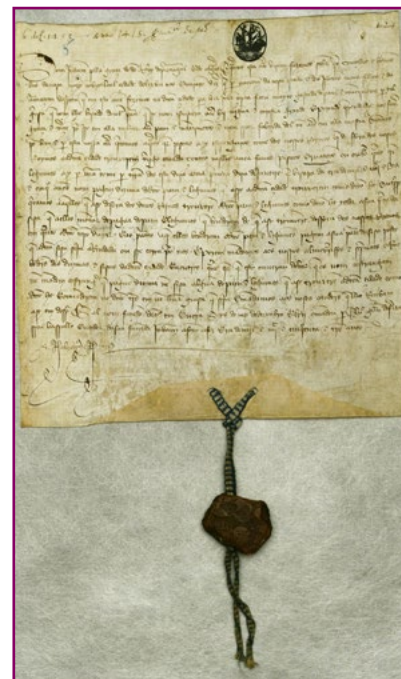


Figura 1

Isenção do pagamento de dízima a quem trouxer cereais e legumes para venda em Lisboa. 6 dezembro 1415.

AML, Livro 1.º do provimento do pão, doc. 5.

³⁷ *Apud* BRAGA, Isabel Drumond; BRAGA, Paulo Drumond – *Ceuta Portuguesa: 1415-1656*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 1998. p. 18.

³⁸ ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. XXX.

³⁹ “huïs amdaum em alimpar suas armas, outros em mamdar fazer bizcoitos e sallguar carne e mantijmentos”. ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. XXX, p. 90.

⁴⁰ BRAGA, Isabel Drumond ; BRAGA, Paulo Drumond – *op. cit.* p. 18-19.

⁴¹ Carta de D. João I, a pedido do concelho de Lisboa, em que isenta durante um ano do pagamento de dízima aqueles que trouxeram cereais e legumes para vender em Lisboa. Cf. Arquivo Municipal de Lisboa (AML), *Livro 1.º do provimento do pão*, doc. 5. 1415, dez. 6.

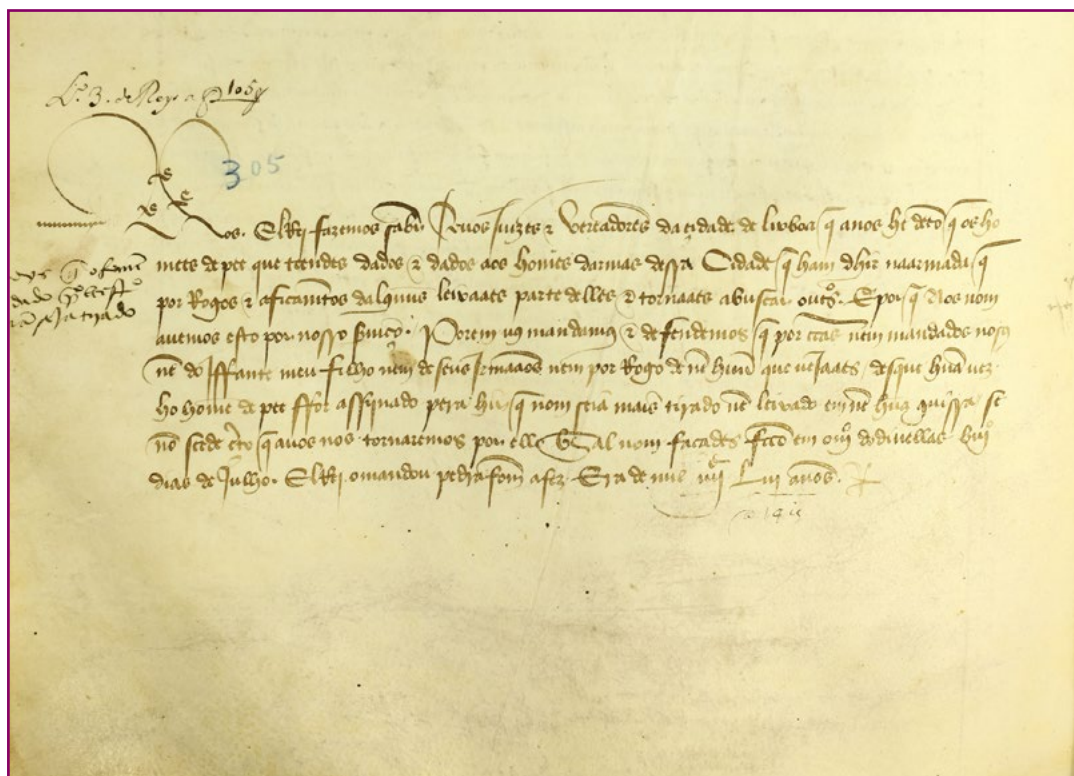


Figura 2 Carta de interdição de substituição de peões recrutados para a armada. 8 julho 1415. AML, *Livro dos pregos*, doc. 305, f. 216 v.

Como interdito, refira-se a carta do monarca, datada de vésperas da partida para Ceuta, proibindo a substituição dos peões recrutados para a armada a partir do momento em que fossem dados pelo concelho aos homens de armas da cidade de Lisboa, mesmo que a pedido de um infante ou de um irmão do rei.

Na cidade de Lisboa, o rei dirigia a organização da armada e o seu apetrechamento em artilharia e armas⁴². A construção, a reparação e a guarnição dos barcos, bem como o equipamento, o armamento e as provisões para as tripulações e os soldados tinham lugar nas taracenas, do árabe *dar-sina'a*. 'Tercena' era o termo para estaleiro naval, o local onde se consertavam e construíam as embarcações e onde se concentravam todas as atividades ligadas à construção e armazenamento naval. Aí se varavam os navios e galés para beneficiação, e outras embarcações, a céu aberto ou sob telheiros, a que aludem, muito provavelmente, as multiplas referências às casas das galés em Lisboa, desde D. Dinis. Dentre o casario, umas casas serviriam certamente para arrecadação enquanto outras para acolher diversos ofícios, servindo de apoio aos navios. A maior parte dos documentos refere 'tercena' na forma do plural 'tercenas', grafadas como – *taracenas* –, apontando muito provavelmente para um conjunto, mas também para a diversidade das funções aí presentes. Construções que tinham lugar, já desde

⁴² ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. XXIX, p. 89.

o reinado de D. Dinis, se não do seu antecessor, nas novas taracenas, na Ribeira, no território da paróquia de São Julião⁴³, junto ao “Caes da Oira”, tendo o monarca as suas “casas das gales de contra o mar”, cuja primeira referência data de 4 de junho de 1294. Um campo “a cabo dooyra”, que o concelho cedeu a D. Afonso IV, em 1352, para aí fazer taracenas para quatro galés, onde os pescadores secavam o pescado. Próximo, na Casa das Madeiras, criada no reinado de D. Afonso IV (1325-1357), guardavam-se as madeiras para a construção naval, usadas na reparação e na construção das galés nas taracenas. Construção naval portuguesa que era reconhecida além fronteiras, como certamente testemunha a presença massiva de especialistas portugueses no estaleiro de Filipe o Bom, duque da Borgonha, entre 1436 e 1445⁴⁴. Junto das taracenas, ou integrando-as, encontravam-se ainda os armazéns, considerados distintos daquelas pela documentação, destinados à guarda dos produtos que seguiriam a bordo das galés. E muitos dos produtos transportados para Lisboa necessitavam de armazenamento, nomeadamente o vinho e o ‘pão’, nome usado genericamente para o cereal panificável, bem como o azeite, entre outros produtos. Para além da necessidade específica de espaço de armazenamento para produtos prontos a fornecer, a sua manutenção em armazéns permitiria, em caso de necessidade, uma intervenção régia com o intuito de poder controlar os preços.

Também próximo das taracenas, em consequência da sua localização, aí vinham instalar-se diversos mesteiros: em Vila Franca, uma rua da Lisboa medieval, situavam-se as fangas da farinha, numa referência clara à farinha para fazer biscoito, que os concelhos estavam obrigados a fornecer para sustento dos homens que tinham obrigação de servir na armada, durante seis semanas. Pois, defronte do Armazém, como referem os documentos da centúria de Trezentos, havia uma casas del rei, “em que ora sta o biscoyto”.

Intensificando-se os trabalhos de preparação da armada, impunha-se, também, a proibição da exportação de cereal, assim como de outros géneros alimentares, a juntar ao armamento para terra de mouros⁴⁵.

Também, desde há muito tempo, os homens de ofício naval ou afim procuravam habitar próximo das taracenas: entre eles, encontram-se o alcaide das galés (cargo que remonta ao reinado de D. Dinis) que morava a par da ponte da Galonha; o fretador das naus, Estevão Eanes, morava, em 1364, na rua do Morraz; o corretor João Anes morava, em 1368, na Judiaria Nova; João Bernal, capitão-mor, morava, em 1369, na Picota, após o largo do Pelourinho; Sancho Sanches, o alcaide das galés, morava, em 1369, a par do curral do concelho; Gonçalo Tenreiro, capitão-mor, morava, em 1375, na rua Nova; Pedro Giraldes, tanoeiro, morava junto ao adro de São Francisco, em 1384; João Afonso, mestre dos calafates, morava na rua de Vila Franca, em 1395, e Domingos Eanes, escrivão das taracenas, morava junto ao adro de São Francisco, em 1384.

⁴³ MENEZES, José de Vasconcelos e – Tercenas de Lisboa I. *Lisboa: revista municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. II Série N.º 16 (2.º sem. 1986), p. 8.

⁴⁴ DUARTE, Luís Miguel – A marinha de guerra portuguesa. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, [2003]. vol. 1, p. 319.

⁴⁵ D. João I proíbe a exportação de géneros alimentares e de armamento para “terra de mouros”. Cf. AML, *Livro 1.º do provimento do pão*, doc. 4. 1414, março 24.

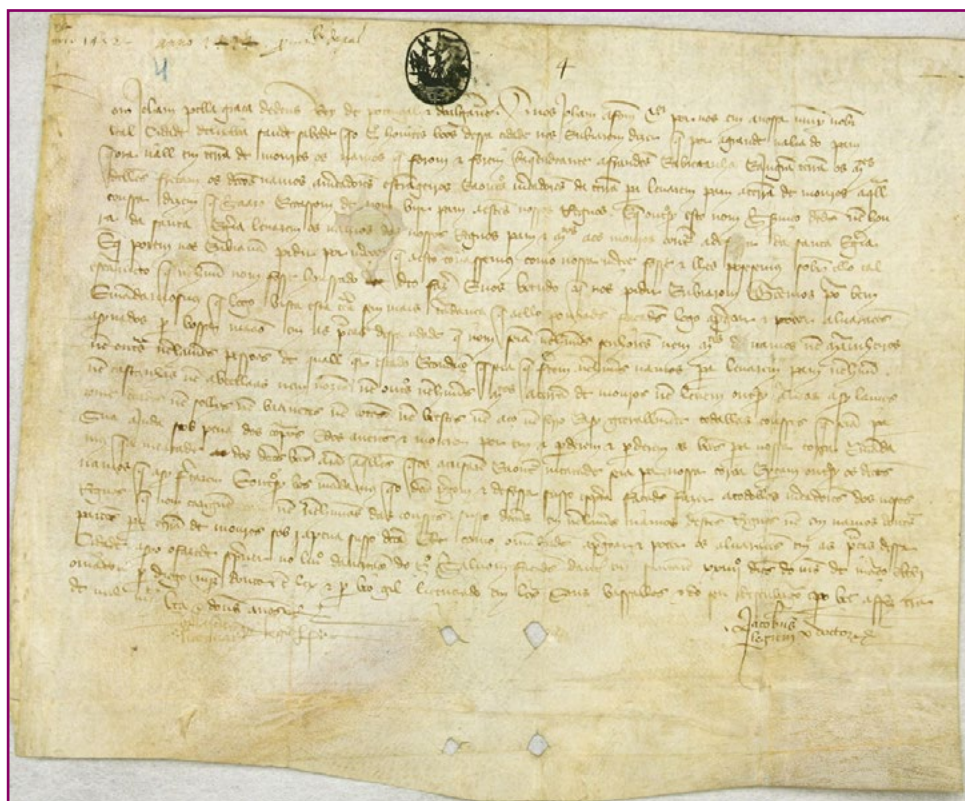


Figura 3 Carta de proibição de exportação de géneros alimentares e armamento para terra de mouros. 24 março 1414.

AML, Livro 1º do provimento do pão, doc. 4.

Qual a dimensão da armada? O cronista silenciou-a, sendo apenas referidas 15 galés e o número impreciso de 4 ou 5 naus, por conta de um rico cidadão inglês, “a quem chamauam Momdo”⁴⁶. Sabemos, porém, que a mando do rei, enviados portugueses correram os portos de Castela, Biscaia, Galiza, Bretanha, Inglaterra, Flandres e Alemanha para fretar os maiores navios⁴⁷ que achassem, espalhando-se a notícia da armada pela Europa. Acerca do número de homens nada nos diz o cronista, nem tampouco dos ‘homens de armas’ e dos peões, assim como, mais tarde, já na conquista da cidade, apenas referirá 8 mortos em combate e 11 que a peste ceifaria, silenciando o povo tão caro a Fernão Lopes⁴⁸.

Os números referidos nas fontes são bastante díspares⁴⁹, situando-se entre os 190 e os 270 barcos, e entre os 33 500 e os 50 000 soldados. Parece-nos, porém, pertinente a referência de Rui Dias da Vega, um espião

⁴⁶ ZURARA, Gomes Eannes de - *Ibidem*. cap. L, p. 154.

⁴⁷ IDEM - *Ibidem*. cap. XXIX, p. 87.

⁴⁸ SOUSA, José Maria Cordeiro de - *Inscrições portuguesas de Marrocos*. Lisboa: Junta Nacional de Educação, 1953. p. 7.

⁴⁹ Acerca da disparidade dos números, veja-se BRAGA, Paulo Drumond ; BRAGA, Isabel Drumond - El dominio portugués hasta 1580. In VILLADA PAREDES, Fernando (coord. general edit.) - *Historia de Ceuta: de los orígenes al año 2000*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 2009. p. 320.

enviado a Portugal por Fernando I, rei de Aragão, aquando da preparação da expedição, que regista a tentativa de mobilização de 18 600 a 19 000 homens, dentre os quais 4 685 homens de armas vassalos do rei⁵⁰. Um número talvez mais realista, acima dos 18 000 homens, mesmo assim “extraordinariamente elevado” à escala da população portuguesa de então⁵¹.

E teria de garantir moeda suficiente, tendo recolhido para a sua cunhagem a quantidade de prata e cobre que pôde, obrigando os fornos da Casa da Moeda, que já se encontravam na rua Nova a par da muralha dionisina⁵², a laborar, de dia e de noite, sem, porém, lançar qualquer pedido, de modo a garantir o segredo da empresa. Assim cunhara-se moeda de cobre e de prata de baixa lei, obtendo-se moeda para comprar “otras cosas para la armada”, atividade reforçada nos meses que antecederam a empresa, auxiliada pela promulgação de uma lei, em 3 de março de 1415, através da qual o monarca ordenava que apenas se pudesse vender, trocar, dar ou receber ouro ou prata nos câmbios do rei de Lisboa e do Porto⁵³.

Na Casa da Moeda, os moedeiros martelavam arduamente junto das fornalhas, já certamente sob o olhar do alcaide da moeda do rei, cuja primeira referência data da década de 70 do século XIV, encontrando-se documentada entre 1371 e 1388, ocupando então o cargo João Afonso⁵⁴.

Construíam-se galés e fustas e reparavam-se os barcos estrangeiros. Os carpinteiros encaixavam “bombardas e troons” e preparavam toda a restante artilharia, que seria grande e abundante. Os calafates, a quem competia vedar os cascos, as cobertas e os telhados dos navios, também assumiam a limpeza das algas e dos lodos dos cascos de modo a permitir aumentar a velocidade das galés, ao mesmo tempo que exigiam um menor esforço aos remadores. O lugar de destaque dado aos calafates parece justificar os inúmeros privilégios alcançados, entre os quais o de servirem como galeotes, embora pudessem servir como petintais, com influência no próprio salário atribuído, diríamos hoje, em função do desempenho. Em 1413, a vereação do Porto estabeleceu-lhe os seguintes salários: “ao melhor, por dia, vinte reais e comer; ao não tão bom, quinze reais e de comer aos moços, oito reais”⁵⁵.

⁵⁰ DINIS, António Joaquim Dias (dir. e org.) - *Monumenta henricina*. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1974. vol. 2, n.º 57, 132-146, 23 abril de 1415.

⁵¹ COELHO, Maria Helena da Cruz – *op. cit.* p. 180.

⁵² Assim o testemunha uma carta de aforamento de umas tendas que o monarca tinha em Lisboa a par da sua moeda e partem e entestam com a dicta moeda e com a rua Nova e com o beco da Judiaria... DIAS, João José Alves (org. e rev. geral) - *Chancelarias portuguesas: D. João I*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Centro de Estudos Históricos, 2006. vol. IV, t. 2, n.º IV-431, p. 24. 1412, julho 31. O Summario refere, em 1551, a presença de uma porta, a ocidente da rua Nova, denominada “porta da moeda”, na freguesia de São Julião. Parece-nos tratar-se de uma porta aberta na muralha fernandina, referida na Perspectiva de Olissippo de Jorge Bráunio, com o n.º 66, por “Porta que dicitur postigo da moeda”, e que julgamos poder corresponder à “Porta da(s) Taracena(s)”, porque a porta denominada da “Moeda” era especificamente a porta do edifício onde fabricavam a moeda, que se localizava perto daquela. Cf. OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de – *Lisboa em 1551: summario*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

⁵³ *Ordenações afonsinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. vol. IV, p. 43-55.

⁵⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Chancelaria de D. Fernando. *Liv.1*, fl.72v; ANTT, Colegiada de Santa Cruz do Castelo. *m. 5*, n.º 211; ANTT, Mosteiro de Chelas. *m. 27*, n.º 530 e *m. 57*, n.º 1130.

⁵⁵ DUARTE, Luís Miguel – A marinha de guerra portuguesa. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, [2003]. vol. 1, p. 320.

Menor salário auferiam os carpinteiros, entre os 13 reais para os melhores e os 12 reais⁵⁶.

Para a arte da calafetagem, exigia-se estopa em pedra, que seria embebida em pez ou breu, azeite, lenha ou carqueja (quando não tojo), esteiras, madeira e pregos, preferencialmente de cobre, uma vez que “antre as agoas e humidade conserva mays sua sustancia sem se corromper, nem criar ferrugem, e he tam forte e mays que o ferro”, mas também sebo, betume e chumbo, linho, algodão, esparto e palma⁵⁷. A seu lado, tanoeiros, alfaiates, tosadores e cordoeiros trabalhavam intensamente.

Os carnicheiros retalhavam vacas e bois, outros esfolavam-nos, salgavam-nos e guardavam a carne em tonéis. Pescadores e as suas mulheres salgavam as pescadas, cações e raías. Tudo se arrecadava nos armazéns, ao lado de remos, lemes, mastros, cordas, velas, carvão, salitre, armas e pólvora.... E biscoito que, acompanharia o conduto, carne ou peixe, e o vinho, preferencialmente bom, para se poder “acrescentar”, isto é, batizar. Mas também o queijo e a manteiga ou as leguminosas, com referência aos feijões e às favas⁵⁸. Todo este bulício fazia das taracenas um “bairro à parte, com uma vida económica intensa, com salários e preços conjunturalmente diferentes, certamente sob o olhar do almoxarife, assessorado por um escrivão”⁵⁹.

Com a aproximação da data da expedição a Ceuta, os preparativos da armada intensificaram-se, aumentando a azáfama em torno das teracenas, na Ribeira. Desses trabalhos, Gomes Eanes de Zurara oferece-nos uma descrição viva e sugestiva:

E com esto era o feruor tam gramde no rregno, que em todollos lugares as gemtes nom trabalhauam em all, porque huuns amdauam em alimpar suas armas, outros em mamdar fazer bizcoitos e sallguar carne e mantijmentos, outros em correger nauios e aparelhar guarniçoões, de guisa que ao tempo da necessidade nom sse achassem dalguuma cousa falleçidos. Mas prinçipallmente era este trafego na cidade de Lixboa e do Porto, porque comuummente nom auia hi alguum que fosse liure deste cuydado, e tamta e tamanha era a rreuollta no corregimento destas cousas, que quamdo fazia tempo callado, claramente ouuiam o arroydo per muy gram parte dos lugares de Ribatejo.

E em uerdade era fremosa cousa de ueer, ca per toda aquella rribeyra jaziam naaos e nauios, nos quaaes de dia e de noute amdauam callafates e outros mesteiraaes, que lhe rrepayrauam seus falliçimentos. Doutra parte jaziam mujtos bois e uacas decepadas, e alli mujtos homens, huuns a esfoliar e outros a cortar e sallguar, outros a meter em tonees e botas em que auiam dhir. Os pescadores e suas molheres tijnham cuidado de abrir e sallgar as pescadas e caçoões e rrayas, e semelhantes pescados, dos quaaes todollos lugares em que o soll tijnha mayor assesego eram

⁵⁶ CRUZ, António – *O Porto nas navegações e na expansão*. Lisboa: ICLP, 1983. p. 36-37.

⁵⁷ OLIVEIRA, Fernando – *A arte da guerra no mar*. Lisboa: Academia da Marinha, 1983. p. 31.

⁵⁸ IDEM – *Ibidem*. p. 43-46.

⁵⁹ DUARTE, Luís Miguel – A marinha de guerra portuguesa. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, [2003]. vol. 1, p. 321.

cheos. Os offiçiaes da moeda, de dia e de noute, numca seus martellos estauam quedos, per tall guisa que ajmda que huum homem braadamdo dissesse alguma cousa amtre aquellas fornaças, escassamente podia seer emtemdido. E os tenoeiros nom eram pouco trabalhados em fazer e repairar as uasilhas para os uinhos e carnes e outros mantijmentos, alfayates e tosadores em aparelhar panos e fazer liurees de desuairadas guisas, cada huum segumdo lhas o senhor dellas mamdaua fazer, carpemteiros em emcaixar bombardas e troons e emderemçar todallas outras artelharias, as quaaes eram mujtas e grandes, cordoeiros em fazer guimdaressas e estremques e caabres e outra mujta cordoalha de linho, que faziam assy pera os nauios da terra como pera os de fora, ca todo se rrepayraua em este rregno⁶⁰.

Ao largo, os velhos observavam o bulício dos mesteirais, conjecturando o destino dos navios: Inglaterra, França, Castela, Nápoles, Sicília, Jerusalém, Bruges, Holanda ou mesmo Avinhão, sede do antipapa. Todos especulavam, exceto Juda Negro, um trovador judeu servidor da rainha D. Filipa, que, ao escrever a um escudeiro do infante D. Pedro, Martim Afonso da Atouguia, as novas da corte, em *trova*, confidenciou que os mais experientes “emtemdiam que elRey hiria sobre a cidade de Cepta”⁶¹. Mas as dúvidas permaneciam na mente dos monarcas estrangeiros, tendo levado Castela e Aragão a enviar embaixadores a Portugal questionando o monarca português acerca dos seus desígnios. A resposta, reforçada depois por uma carta de D. Filipa ao rei de Aragão, seu sobrinho, tranquilizaria o reino vizinho.

Entretanto, chegavam a Lisboa estrangeiros em busca de aventuras, nomeadamente três fidalgos franceses e um barão alemão que trazia consigo 40 escudeiros.

Depois de ter passado três meses nas comarcas das Beiras e de Trás-os-Montes, D. Henrique dirigiu-se ao Porto. Na ribeira da segunda maior cidade do reino vivia-se o mesmo frenesim das taracenas de Lisboa: as estradas e os caminhos até aí enchiam-se de carros e animais de carga com armas e provisões provenientes das terras dos fidalgos. Ali chegavam arneses, lanças, madeiras, ferro, cordame, carne e vinho que o trabalho dos mesteirais transformavam ou armazenavam, cujo pagamento as gentes não veriam, pelo menos tão cedo. Por isso mesmo, os representantes do Porto reclamariam, em Cortes (em 1439), o seu pagamento⁶².

Do Porto, saiu uma frota de sete galés com seus capitães e um número incerto de naus, seguidos de navios pequenos, ao som de trombetas e outros instrumentos. Juntar-se-iam às 8 galés armadas em Lisboa, tendo toda a frota fundeado em Belém⁶³.

⁶⁰ ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. XXX, p. 90-91.

⁶¹ ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. XXX, p. 91.

⁶² DUARTE, Luís Miguel – África. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, [2003]. vol. 1, p. 405.

⁶³ ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. XXV-XXXVI.

Aquando do momento festivo do embarque, chegaram novas da doença da rainha, que não escapara à peste que, desde janeiro, grassava nas cidades de Lisboa e Porto⁶⁴. A partida teve lugar em Belém, em dia de Santiago (25 de julho), santo padroeiro na luta contra os mouros. Partiram em direção ao sul, num momento em que grassava a peste no reino, a mesma epidemia que ceifara a vida à própria rainha. Antes porém, encontrando-se no convento de Odivelas, recebeu a notícia de que não apenas D. Pedro e D. Henrique seguiam na expedição, mas também D. Duarte e o rei, tendo mandado preparar três espadas guarnecidas a ouro, aljôfar e pedras preciosas para cada um dos filhos. Gesto que prenunciava o sucesso militar da empresa, com o qual presentearia os seus filhos que seriam armados cavaleiros em combate contra o infiel, afinal o objetivo, talvez, maior da expedição, relevado por Gomes Eanes Zurara, cuja credibilidade é reconhecida⁶⁵.

A frota partiu de Lisboa, a 25 de julho de 1415, apesar do desagrado dos habitantes da cidade, que não culpavam o rei mas quem o aconselhara. O próprio rei chefiava a mesma, comandando as galés, enquanto o infante D. Pedro comandava as naus. A bordo, seguia a nobreza do reino e muitos estrangeiros, entre os quais um rico cidadão inglês que, tendo-se posto ao serviço do rei de Portugal, suportava à sua conta quatro ou cinco naus guarnecidas de archeiros e outras gentes.

Os barcos dirigiram-se a Lagos, onde assistiram a uma missa rezada, durante a qual Frei João de Xira tornara público o destino da armada - Ceuta⁶⁶, ao mesmo tempo que anunciara a bula de cruzada, com a promessa de absolvição dos pecados e salvação das almas⁶⁷, “per uirtude de huia letera que o santo Padre outorgou a elRey nosso senhor ueemdo seu santo deseio”⁶⁸.

Depois, os barcos seguiram para Faro, onde esperariam durante uma semana, que os ventos faltavam. A 9 de agosto, a armada largou novamente, tendo passado, de noite, o Estreito de Gibraltar. Ancorou em Algeciras, assustando a praça de Ceuta. As galés, as fustas e os barcos mais pequenos alcançaram a praia de Ceuta a 12 de agosto. As naus seriam, porém, arrastadas para Málaga, devido a um denso nevoeiro e a fortes correntes.

Durante 13 dias, os Portugueses mantiveram-se frente à cidade, tendo-se perdido o efeito de surpresa. O rei voltou a reunir a armada, na Ponta do Carneiro, à entrada da baía de Algeciras, onde também voltou a ouvir o Conselho.

Em 21 de agosto, os Portugueses entravam pela porta da Almina, tomando a cidade num momento de enfraquecimento do poder da dinastia berbere Merínida, em que abundavam os problemas internos, agravados

⁶⁴ IDEM – *Ibidem*. cap. XXXV, p. 109-110.

⁶⁵ DUARTE, Luís Miguel – África. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, [2003]. vol. 1, p. 405.

⁶⁶ “sua emtemçom he com a graça do Senhor Deos hir sobre a cidade de Cepta”. ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. 52, p. 159.

⁶⁷ IDEM – *Ibidem*. cap. LII-LIII.

⁶⁸ IDEM – *Ibidem*. cap. LIII, p. 161.

depois do assassinato do Sultão Abū 'Inān (1359), acontecimento que punha termo ao sonho merínida de unificação do Magreb⁶⁹. Encetava-se então um período de lutas internas com o fortalecimento do poder dos vizires face aos sultões, assim como entre Merínidas e Nasridas⁷⁰.

CONCLUSÃO

Em Ceuta, no domingo seguinte a 25 de agosto, a mesquita maior fora transformada em igreja para se celebrar a eucaristia e a tão esperada cerimónia: finalmente pôde D. João I armar solenemente os seus filhos cavaleiros cumprindo-se, deste modo, o objetivo maior da empresa, ao mesmo tempo que a vitória de Ceuta permitia reforçar e legitimar o reino e o primeiro rei da novel dinastia de Avis⁷¹, percurso iniciado anos antes em Aljubarrota⁷². Legitimidade que integrava o espírito de cruzada e que também o Papa de Roma certamente ambicionaria. Afinal, se Lisboa fizera D. João I rei⁷³, em consonância com a segunda maneira como se ganhava *el regno derechamente*, segundo *As Siete Partidas*⁷⁴, a conquista da cidade de Ceuta legitimá-lo-ia⁷⁵. A decisão régia, previamente tomada, unia, nos mesmos desígnios, o monarca e os conselheiros presentes na reunião dos privados do rei em Torres Vedras.

Era ainda o ideal de cavalaria medieval que estava presente, que empurrava os homens para a guerra em busca de fama e glória, modelo comportamental bem presente na corte de D. João I⁷⁶. Propósitos distintos, portanto,

⁶⁹ KABLY, Mohamed (presid. et direct.) – Le XVe siècle-tournant. In *Histoire du Maroc: réactualisation et synthèse*. Rabat: Institut Royal pour la Recherche sur l'Histoire du Maroc, 2011. p. 374.

⁷⁰ HITA RUIZ, José Manuel ; VILLADA PAREDES, Fernando – Medina Sabta: 709-1415. In VILLADA PAREDES, Fernando (coord. general edit.) – *Historia de Ceuta: de los orígenes al año 2000*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 2009. p. 239 e 242.

⁷¹ Exemplos disso podem colher-se, a título de exemplo, nas bulas de Martinho V *Sane charissimus*, que concedia a indulgência (MARQUES, João Martins da Silva (ed.) - *Descobrimentos portugueses: documentos para a sua história*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1944. vol. 1, n.º 237, 4 de abril de 1418) e *Cum charissimus*, que autorizava o rei de Portugal a comprar armas, cavalos e mantimentos em todos os reinos de Espanha e da Europa para este fim, onde se pedia o concurso dos governantes estrangeiros (MARQUES, João Martins da Silva (ed.) - *Descobrimentos portugueses: documentos para a sua história*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1944. Suplemento ao vol. 1, n.º 67, 4 de abril de 1419).

⁷² “Busquey com elles, manifesto he amtre o conhecimento de uos outros. E porque nosso Senhor Deos uerdadeiramente conhecia meu desejo, e com que temçom me mouia a rrequerer a dita paz, prouelhe por sua merçee de a trazer a esta fim que sabees, a quall cousa eu nom tiue nem tenho por menos uitoria, do que tiue o uemçimento da batalha rreal, na qual! se determinou muy gram parte de nossa duuida”. ZURARA, Gomes Eannes de – *op. cit.* cap. XXVI, p. 80.

⁷³ A cidade que fez do Mestre um Rei. LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*. Lisboa: Livraria Civilização Editora, [2007?]. vol. 1, p. 325 ; vol. 2, p. 88; PASSOS, Maria Lúcia Perrone de Faro – *Lisboa: a cidade de Fernão Lopes*. Lisboa: Colibri, 2014. p. 19.

⁷⁴ *Las siete partidas del rey Don Alfonso el Sábio: cotejadas con vários códices antiguos*. Madrid: Imprenta Real, 1807. tomo II, p. 10-11. Ed. facsimilar da Real Academia de la Historia.

⁷⁵ Ideia já avançada por Maria Helena Cruz Coelho. A este propósito, veja-se COELHO, Maria Helena da Cruz – *op. cit.* p. 184-185.

⁷⁶ A este propósito, veja-se FIGUEIREDO, Albano António Cabral – *O ideal de cavalaria na crónica da tomada de Ceuta de Gomes Eanes de Zurara*. Coimbra: [s.n.], 1996. p. 20. Dissertação de mestrado em Literatura Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

das tradicionalmente repetidas explicações económicas, sociais e geoestratégicas⁷⁷. Pois muitos dos debates de que Zurara fez eco parecem melhor adequar-se ao seu tempo, ao tempo da escrita da crónica, do que ao tempo da conquista portuguesa da cidade⁷⁸, assim como os seus heróis que para esse tempo se projetaram, D. Duarte e D. Henrique, secundarizando a própria figura do monarca português. Por seu turno, a ação de D. Pedro, já então de maldita memória, foi silenciada quando não denegrida.

A isso se juntaria a procura de uma legitimidade para a nova dinastia, nunca conseguida desde 1385, e que o próprio acordo de paz conseguido em 1411, em Segóvia, não garantira, dada a menoridade do monarca castelhano, tendo ficado sujeito à ratificação de Juan II. Esta seria apenas conseguida em 30 de abril de 1423⁷⁹ e já depois da conquista da cidade do Magreb e da ostentação do título de “Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Cepta”⁸⁰ pelo monarca português. Todavia, a paz perpétua entre Portugal e Castela apenas seria conseguida depois de uma nova ofensiva diplomática, que culminou em 30 de outubro de 1431, em Medina del Campo⁸¹.

A manutenção da cidade acarretaria, porém, elevados custos para o reino, difíceis de quantificar, ainda que um documento posterior refira o valor da empresa em 280 mil dobras⁸².

⁷⁷ DUARTE, Luís Miguel – África. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, [2003]. vol. 1, p. 394.

⁷⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz – *op. cit.* p. 183.

⁷⁹ ANTT, Gaveta XVIII. *Maço 11, n.º 4*.

⁸⁰ ANTT, Chancelaria de D. João I. *liv. 3, fl. 187*. 1416, fevereiro 8. Pub. MARQUES, João Martins da Silva (ed.) - *Descobrimentos portugueses: documentos para a sua história*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1944. Suplemento ao vol. 1, p. 563-564.

⁸¹ SANTARÉM, Visconde de [et al.] – *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o princípio da monarquia até aos nossos dias*. Lisboa : [s.n.], 1842. tomo I, p. 311.

⁸² FARO, Jorge – *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481: subsídios documentais*. Lisboa: Centro de Estudos Económicos, 1965. p. 66.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Municipal de Lisboa

Livro 1.º do provimento do pão.

Livro dos pregos.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Chancelaria de D. Fernando, *Livro 1.*

Chancelaria de D. João I, *Livro 3.*

Colegiada de Santa Cruz do Castelo, *Maço. 5, n.º 211.*

Gaveta XVIII, *Maço. 11, n.º 4.*

Mosteiro de Chelas, *Maço. 27, n.º 530 e Maço. 57, n.º 1130.*

Fontes Impressas

DIAS, João José Alves (org. e rev. geral) – *Chancelarias portuguesas: D. João I.* Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Centro de Estudos Históricos, 2006.

DINIS, António Joaquim Dias (dir. e org.) – *Monumenta henricina.* Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1974. vol. 2.

LAS SIETE partidas del Rey Don Alfonso el Sábio: cotejadas com vários códices antiguos. Madrid: Imprenta Real, 1807. tomo 2. Ed. facsimilar da Real Academia de la História.

LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I.* Lisboa: Livraria Civilização Editora, [2007?].

MARQUES, João Martins da Silva (ed.) – *Descobrimentos portugueses: documentos para a sua história.* Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1944. vol. 1 e supl. ao vol. 1.

OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de – *Lisboa em 1551: summario.* Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

OLIVEIRA, Fernando – *A arte da guerra no mar.* Lisboa: Academia da Marinha, 1983.

ORDENAÇÕES afonsinas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998. Ed. fac-simile da ed. feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, no ano de 1792.

SANTARÉM, Visconde de [et al.] – *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o princípio da monarquia até aos nossos dias*. Lisboa: [s.n.], 1842. tomo I.

ZURARA, Gomes Eannes de – *Crónica da tomada de Ceuta por el-rei D. João I*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

Estudos

BRAGA, Isabel Drumond; BRAGA, Paulo Drumond – *Ceuta portuguesa: 1415-1656*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 1998.

BRAGA, Paulo Drumond; BRAGA, Isabel Drumond – El dominio portugués hasta 1580. In VILLADA PAREDES, Fernando (coord. general edit.) – *Historia de Ceuta: de los orígenes al año 2000*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 2009.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I: o que re-colheu Boa Memória*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

CRUZ, António – *O Porto nas navegações e na expansão*. Lisboa: ICLP, 1983.

DUARTE, Luís Miguel – A marinha de guerra portuguesa. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, [2003]. vol. 1.

DUARTE, Luís Miguel – África. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, [2003]. vol. 1.

FARO, Jorge – *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481: subsídios documentais*. Lisboa: Centro de Estudos Económicos, 1965.

FIGUEIREDO, Albano António Cabral – *O ideal de cavalaria na crónica da tomada de Ceuta de Gomes Eanes de Zurara*. Coimbra: [s.n.], 1996. Dissertação de mestrado em Literatura Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

FREITAS, Judite A. Gonçalves de – Conselho Régio. In *O Estado em Portugal: séculos XII-XVI: modernidades medievais*. Lisboa: Aletheia, 2011. p. 157-166.

HITA RUIZ, José Manuel; VILLADA PAREDES, Fernando – Medina Sabta: 709-1415. In VILLADA PAREDES, Fernando (coord. general edit.) – *Historia de Ceuta: de los orígenes al año 2000*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 2009.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – Conselheiros de D. João I. In *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, instituições, sociedade política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 254-278.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – Conselho Real ou Conselheiros do Rei? A propósito dos ‘privados’ de D. João I. In *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, instituições, sociedade política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 221-253.

KABLY, Mohamed (presid. e diret.) – Le XVe siècle-tournant. In *Histoire du Maroc: réactualisation et synthèse*. Rabat: Institut Royal pour la Recherche sur l'Histoire du Maroc, 2011.

KELLY, J. N. D. – *The Oxford dictionary of popes*. Oxford: Oxford University Press, 1986.

MENEZES, José de Vasconcelos e – Tercenas de Lisboa I. *Lisboa: Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. II Série N.º 16 (2.º sem. 1986), p. 8.

MORENO, Humberto Baquero – *Os itinerários de El-Rei Dom João I: 1384-1433*. Lisboa: ICALP, 1988.

PASSOS, Maria Lúcia Perrone de Faro – *Lisboa: a cidade de Fernão Lopes*. Lisboa: Colibri, 2014.

PEDROSA, Fernando Gomes – *As tercenas medievais e a terçanabal do infante D. Henrique*. Lisboa: Academia de Marinha, 2013.

SILVA, Augusto Vieira da – *As muralhas da ribeira de Lisboa*. 3.ª ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1987. vol. 2.

SILVA, Carlos Guardado da – *A conquista de Ceuta: Conselho Régio de Torres Vedras*. Lisboa: Colibri: Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo Alexandre Herculano; Torres Vedras: Câmara Municipal, 2015.

SILVA, Carlos Guardado da – *Lisboa medieval: a organização e a estruturação do espaço urbano*. Lisboa: Colibri, 2008.

SOUSA, José Maria Cordeiro de – *Inscrições portuguesas de Marrocos*. Lisboa: Junta Nacional de Educação, 1953.

